



SECRETARIA ESPECIAL DO
ESPORTE

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



CENÁRIOS DO ESPORTE E LAZER NA PARAÍBA



CENÁRIOS DO ESPORTE E LAZER NA PARAÍBA

Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Eduardo Ribeiro Dantas
(Organizadores)

Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Eduardo Ribeiro Dantas
(Organizadores)

Capítulo VI	
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM ESPORTE E LAZER NO CARIRI PARAIBANO EM PARCERIA FEDERAL E MUNICIPAL: O CASO DO PROLCARIRI.....	97
<i>Bruno Medeiros Roldão de Araújo</i>	
<i>Liliane da Rocha Alves Tavares</i>	
<i>Patricia de Jesus Costa dos Santos</i>	
Capítulo VII	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO SERTÃO PARAIBANO: UMA REALIDADE A SER MUDADA	117
<i>Ana Clara Cassimiro Nunes</i>	
<i>Rebeka Martins Florêncio de Sousa</i>	
<i>Giulyanne Maria Silva Souto</i>	
Capítulo VIII	
ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NO SERTÃO PARAIBANO: UM OLHAR SOBRE AS MICRORREGIÕES DE SOUSA E CAJAZEIRAS	131
<i>Mirelly Maria Ferreira Furtado</i>	
<i>José Cavalcante Júnior</i>	
<i>Giulyanne Maria Silva Souto</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	145

Organizadores

Bruno Medeiros Roldão de Araújo

Eduardo Ribeiro Dantas

CENÁRIOS DO ESPORTE E LAZER NA PARAÍBA



Multi Gráfica e Editora Eireli

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Cidadania
João Inácio Ribeiro Roma Neto

Secretário Especial do Esporte
Marcelo Reis Magalhães

Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNELIS
Fabiola Pulga Molina

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas
Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – DEDAP
Anne Michelle Boechat Vieira

Coordenadora-Geral de Lazer e Inclusão Social - CGLIS
Fabiana Cristina Coutinho Santos

372.86

C395 Cenários do esporte e lazer na Paraíba./ Bruno Medeiros Roldão de
Araújo, Eduardo Ribeiro Dantas (organizadores). – Campina Grande:
Multi Gráfica Ltda Eireli, 2021.
148 p.: il.
ISBN: 978-65-995216-0-7

1. Educação física. 2. Práticas esportivas. 3. Políticas públicas. 4. Lazer
I. Título.

21. ed. CDD

Ficha Catalográfica: Valéria Soares e Silva/CRB 15-929
Capa: Welysson Cordeiro Berto/SERTEC Copiadora
Fotografias da Capa: Eduardo Ribeiro Dantas
Projeto Gráfico e Diagramação: Multi Gráfica Ltda Eireli
Revisão: Vanda Galvão

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Capítulo I CORRIDA DE RUA RECREATIVA: A GESTÃO DAS ASSESSORIAS NOS EVENTOS	7
<i>Jhonatha de Souza Ferreira</i> <i>Maria Dilma Simões Brasileiro</i>	
Capítulo II PRÁTICAS FÍSICO/ESPORTIVAS DE LAZER E SAÚDE EM ESPAÇOS DE PRAIA	23
<i>Luana Cristina Santos da Silva</i> <i>Maria Dilma Simões Brasileiro</i>	
Capítulo III OS SERVIÇOS DE LAZER NO SISTEMA S	37
<i>Mayara da Cruz Rodrigues</i> <i>Maria Dilma Simões Brasileiro</i>	
Capítulo IV ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE O FUNDO ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA (FIC) AUGUSTO DOS ANJOS E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS EXPERIÊNCIAS DE LAZER NO AGRESTE PARAIBANO	55
<i>Bruno Araújo Tomaz</i> <i>Elaine Melo de Brito Costa</i>	
Capítulo V ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES EM EXPERIÊNCIAS DE LAZER NO AGRESTE PARAIBANO	75
<i>José Euller de Almeida Cordeiro</i> <i>Elaine Melo de Brito Costa</i>	

Segundo Chao (2004), essa dinâmica levou ao aumento dos estudos sobre o tempo livre, promovendo o nascimento de um novo campo de pesquisa, a Sociologia do Lazer, na qual, entre seus fundadores, destaca-se o sociólogo francês Joffre Dumazedier. Com isso, os “[...] conceitos de lazer vão ocupar um universo complexo de significados, por tratar-se de uma expressão cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.” (CHAO, 2004, p. 211), o que está intimamente ligado às relações de trabalho, especialmente as fabris em sua origem histórica e no processo de luta por direitos trabalhistas como a redução da carga-horária (o que também cria novos postos de trabalho). Não é preciso investigar muito para entender as relações entre trabalho e lazer. O horário de trabalho determina quanto tempo há disponível para o lazer e, muitas vezes, o tipo de trabalho influencia na quantidade e energia que se empregará para o lazer.

Dentre as afirmações consideradas desde a sistematização dos estudos sobre o lazer, pode-se dizer, atualmente, que o mesmo não é secundário, mas sim, prioritário. O trabalho, considerando que a renda individual dê condições razoáveis de sobrevivência, funcionará não como um fim, mas como um meio. Já o lazer, realizado no tempo da não obrigação e sem caráter de necessidade, deve proporcionar satisfação, entretenimento, além do desenvolvimento pessoal e social.

Atualmente, o lazer constitui-se em uma reivindicação social, necessária ao desenvolvimento do ser humano, e toda essa valorização que o lazer vem conquistando através dos anos, pelos diversos estudos que investigam sua necessidade e importância, lhe atribui cada vez mais ênfase, tanto na parte legal, no qual se criam novas leis para sua normatização, como na sua influência social.

2.1 Políticas Públicas em Esporte e Lazer

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil são temas bastante estudados no campo da Educação Física¹⁷. Nesse sentido, Teixeira (2012) diz que entende-se por políticas públicas as diretrizes e os princípios norteadores das ações e regras do poder público e da sociedade. Já sobre lazer de forma específica, Bramante (2004) explica que a política voltada à essa prática não surge por acaso, tendo todo um significado. Carvalho et al. (2002) relata que ela surge de uma coletividade que requer a garantia dos direitos dos cidadãos.

O artigo 6º da Constituição Federal aponta que o lazer é um direito social, e seu artigo 217 afirma que o poder público deve incentivá-lo como promoção social (BRASIL, 2016b). Nessa perspectiva, pode-se entender que o lazer busca:

¹⁷Contém trechos baseados em publicação anterior do primeiro autor deste capítulo em parceria (ARAÚJO; CHAO, 2006).

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA EM ESPORTE E LAZER NO CARIRI PARAIBANO EM PARCERIA FEDERAL E MUNICIPAL: O CASO DO PROLCARIRI

Bruno Medeiros Roldão de Araújo
Liliane da Rocha Alves Tavares
Patricia de Jesus Costa dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Com o grande avanço dos centros urbanos, e a população cada vez mais concentrada nas cidades, temos o agravamento de problemas sociais como a violência e desigualdades econômicas. Esse quadro contribui para que as pessoas cada vez mais busquem soluções para melhorar sua qualidade de vida, aumentando o ritmo de atividades remuneradas. Nesse sentido, não sobra tempo para se pensar em atividades que estimulam a prática de exercícios e lazer.

Estas mudanças que a sociedade vem atravessando ao longo dos anos acabam determinando o modo de vida das pessoas e também altera frequentemente o campo do lazer, conforme afirma Costa.

Quando falamos de lazer, logo pensamos no tempo para desfrutá-lo e descobrimos que nosso tempo não é mais coordenado pelo tique-taque de nossos relógios, mas sim, pela sinfonia das máquinas da indústria do mercado moderno. (COSTA, 2003, p. 5).

Apesar de existir direitos resguardados pela Constituição Federal sobre a disseminação de políticas públicas voltadas para lazer e esporte, na prática, sabemos que não é bem assim. Alguns Municípios possuem dificuldade na captação e consequente utilização de recursos em prol dessas políticas. Nesse sentido, é necessário que o poder constituído em estado promova políticas públicas para sua efetivação. Sobre isso, Binswahger define:

[...] políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. (BINSWAHGER, 1997, p. 180).

Até meados da década de 1980, as pesquisas acadêmicas no Brasil na esfera do esporte e do lazer eram fragmentadas e mínimas, isto porque, no Brasil, os teóricos só passaram a estudar mais sobre políticas públicas depois da redemocratização, na década de 1990. Mais tarde, em 1995, foi criada a pasta do Ministério do Esporte (ME), um importante avanço no campo de esporte e lazer no país. Por motivos diversos, esse ministério foi extinto em 2019, sendo substituído pela Secretaria Especial do Esporte subordinada ao Ministério da Cidadania.

A Secretaria Especial do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver uma prática de alto rendimento, trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2019).

Nessa temática, ao longo dos anos foram criados vários programas para incentivar a sociedade a conhecer e praticar o esporte como forma de lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento e inclusão social de comunidades. Dentro desses programas, estão alocadas ações dentro da comunidade acadêmica através de pesquisas e extensão, voltadas para as políticas públicas de esporte e lazer, a exemplo da Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, integrando o conjunto de atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer (BRASIL, 2015).

Quando a Rede CEDES foi criada, os grupos de pesquisas das Instituições de Ensino Superior constituíam os Núcleos que visavam produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer por meio da produção e difusão de conhecimentos voltados para a avaliação e o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas sobre a demanda aqui enfocada (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015).

No Brasil ainda há uma singular ausência de estudos e pesquisas nesse campo, e, mais de 30 anos depois da Constituição federal de 1988, ainda temos muito a avançar para garantir os direitos nesta área. Dentro desse ambiente, estudamos na Rede CEDES Paraíba políticas públicas voltadas para o esporte e lazer, pretendendo analisar as ações e programas dentro de uma região, no caso específico, a mesorregião da Borborema (microrregião do Cariri Ocidental paraibano).

2 ESPORTE E LAZER

A concepção de Esporte e Lazer que interessa neste estudo, mais precisamente no enfoque às políticas públicas, não pode ser bem compreendida se não entendermos primeiro o processo sócio-histórico e cultural que levou tais questões à necessidade pública, no qual o entendimento do “surgimento” do tempo livre ou tempo

de não-trabalho se torna essencial, uma vez que, este horário vago pode vir a se constituir em lazer, e é de onde surgem os fenômenos esportivos e da cultura do lazer.

Pode soar com estranheza o termo “surgimento do tempo livre”, mas quando nos detemos em “tempo livre” estamos nos referindo a um tempo de não-trabalho, aquele horário que nos resta nos momentos em que estão cumpridas as ocupações com os compromissos profissionais, sociais e até familiares. Um tempo que nos parece de descanso e lazer em vista a um cotidiano de obrigações. Isso historicamente e socialmente demonstrou-se importante, principalmente com o processo de industrialização e urbanização europeias (século XVIII)¹⁶, a partir de quando o tempo passou a ser mais medido e vigiado. Tal modernidade transformou os homens em “escravos” do relógio e de sua necessidade em acumular riquezas, fazendo o tempo deixar de ser uma medida física e para ser sinônimo de dinheiro, conforme pondera Thompson (1998).

Com o advento da Revolução Industrial, o relógio, antes objeto de luxúria, tornou-se um instrumento fundamental, “particularmente porque com o relógio permitiu-se a universalização do controle do tempo” (GEBARA, 1997, p. 65), o que tornou geral o controle do horário de trabalho gasto nas tarefas industriais, e, conseqüentemente, o tempo de não-trabalho da classe trabalhadora. A seqüência na sociedade foi, então, a transformação irreversível de toda estrutura social, uma vez que, anteriormente, enquanto servos ou artesões, os trabalhadores viviam mais ligados ao tempo dos ciclos naturais, referente à reprodução da vida comum e ao modo de vivência rural, como explicou Decca (2002). Posteriormente, Thompson (1998) afirma que o tempo passa a uma “concepção abstrata”, onde ele será usado como mercadoria de troca, tornando a força e o tempo de trabalho em simples mercadoria, possível de ser comprada e vendida, alienando os homens do fruto e sentido de seu trabalho.

A busca desenfreada pela produtividade, comandada pelo relógio do capitalista, gerava no século XVIII cargas-horárias penosas de 12 a 14 horas de trabalho. Diante disso, não tardou até que a classe trabalhadora insurgisse contra sua exploração, resultando em uma vitória com a redução da jornada de trabalho, gerando um tempo de não-trabalho superior, que também veio a acalantar os desejos capitalistas dos patrões, uma vez que tal tempo acabou por ser usado para renovação das forças do operário, tomado quase que como um gasto com manutenção de um meio da produção, num processo de coisificação do trabalhador, para aumentar cobrança de produtividade em serviço. Esse foi e ainda é um processo lento, sobretudo pelo desenvolvimento do entendimento do que seria lazer, qual sua importância e a necessidade da ampliação do tempo livre para sua efetivação.

¹⁶No Brasil principalmente com a urbanização e industrialização do pós-2ª Guerra (década de 1950).

no edital de bolsas de extensão PROBEX da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PROPEX/UFMG (ARAÚJO; MENEZES, 2012). Realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Sumé, foi incorporado à equipe o Sensei Luciano Correia (professor de Judô, faixa preta 5º Dan "Godan"), possibilitando a realização da aula expositiva e inaugural de Judô do Prolcariri no dia 30 de maio de 2012, no ginásio poliesportivo municipal "O Netão" (ARAÚJO et al., 2015)

A prática esportiva do Judô atualmente é ofertada para 120 alunos de toda rede municipal de ensino no dojô sede (NUDCE/PROLCARIRI) e no dojô setorial do CDSA, com treinamento comandado pelo Sensei Luciano Correia. Também é ofertada a prática esportiva do Tênis de Mesa no Núcleo de Extensão Cultural - NEXT do CDSA/UFMG, localizado no centro da cidade de Sumé e na Residência Universitária do CDSA, alcançando mais de 50 praticantes nos dois locais.

Em 2014, o programa foi marcado positivamente com sua aprovação e contemplação de recursos no Edital Nacional PROEXT - MEC/SESu (Edital multiministerial), um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando a aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior. A inclusão e participação no PROEXT-MEC/SESu qualificou a ação do Prolcariri e permitiu ao programa um passo enorme, que permitiu propor o Prolcariri como ação de extensão perene. Atualmente, o projeto conta com sede física própria com área de lutas (em parceria Institucional entre UFMG e Prefeitura Municipal de Sumé), com dojô de apoio no CDSA (voltado para fins de prática esportiva de lazer da comunidade universitária), e suporte do Laboratório de Cultura Corporal, Educação Física e Saúde - LIEFS da UFMG, que realiza as avaliações físicas dos atletas. Foram realizados eventos e torneios com relevante envolvimento da comunidade, importantes parcerias foram firmadas ao longo dos anos, superando os muros da universidade, tornando-a mais presente e significativa à população sumeense e paraibana.

A gestão do Projeto foi de responsabilidade do CDSA/UFMG, cabendo à prefeitura municipal de Sumé administrar/supervisionar os espaços de execução cedidos. Seguindo experiências nacionais e ibero-americanas de gestão de equipamentos de caráter público, identificou-se um modelo de prática de gestão de políticas públicas notadamente participativo. Essas práticas de administração são nomeadas de Gestão Compartilhada.

[...] além da intervenção do estado, o desenvolvimento (humano, social ou sustentável) exige o protagonismo local. Ou seja, a atuação das pessoas que vivem em suas comunidades e que conhecem como ninguém, cada particularidade, cada necessidade. Com o compromisso e a adesão da comunidade local as políticas de indução

[...] formar o indivíduo para que viva o seu tempo disponível da forma positiva, [...] sendo um processo de desenvolvimento total através do qual um indivíduo amplia o conhecimento de si próprio, do lazer e das relações do lazer. (MARQUES, 1998, p.1).

Assim, partindo da hipótese de que cabe ao poder público oferecer além da saúde, segurança, educação, entre outras garantias, também o lazer, é dever das autoridades implantar políticas públicas que assegurem este direito democraticamente e com qualidade, conforme ponderam Rechia et al. (2015). Os autores ainda relatam que poder público não dá tanto valor ao esporte e ao lazer quando estes são comparados aos outros direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira, de modo que acabam por parecer como coadjuvantes na vida do cidadão.

As políticas na área do lazer constituem-se em um conjunto de metas e valores de uma sociedade em relação ao seu bem-estar dentro do chamado livre (CAMARGO, 1985), ou seja, deve atender aos anseios da sociedade para com seus momentos de não trabalho constituídos como lazer. O lazer como uma parte do tempo livre, onde as pessoas possam se divertir, desenvolve a sociabilidade e a livre capacidade criadora, conforme argumenta Dumazedier (1973). E tudo isso deve servir como base para a formulação de políticas de lazer (ARAÚJO; CHAO, 2006).

Mas observar as políticas públicas de esporte e lazer somente pela ótica das ações do poder público se mostra algo incompleto, uma vez que a iniciativa privada ou a sociedade civil também se fazem presentes no desenvolvimento de ações que oferecem prática de esportes, de lazer e até mesmo o espetáculo esportivo e de lazer, se constituindo em "políticas privadas". Até a iniciativa individual dos cidadãos, ao inserir em seu cotidiano exercícios e atividades físicas, por sua própria vontade, é algo que pode ocorrer sem uma ação direta do poder público (GNECCO, 2005). De toda maneira, a intervenção do Estado é imprescindível, uma vez que o setor público está presente na ação do privado, seja na regulamentação ou fomentação desta (ARAÚJO; CHAO, 2006).

Visando a compreender os estudos acerca do desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no cariri paraibano, vale recorrer aos estudos de Silva et. al. (2016) que realiza estudos sobre a temática e aponta ser possível "originar indicadores para intervenções de políticas públicas e privadas, no intuito de melhorar os ambientes." (SILVA et al., 2016, p.59). Silva et. al. (2013) relatam ainda que através dos seus estudos torna-se possível alargar e aprimorar as discussões acerca da temática, proporcionando benefícios à sociedade por meio dos espaços públicos de esporte e lazer. Nesse cenário, a presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI), um programa de extensão universitária do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, "Campus de Sumé" da Universidade Federal de Campina Grande - UFMG, realizado

em parceria com a Prefeitura Municipal de Sumé - PB, numa política pública de esporte marcada pela gestão compartilhada entre os referidos Município e Órgão Federal.

3 MÉTODO

Este é um estudo descritivo, por ter como objetivo descrever as características de uma experiência particular, realizada por meio de pesquisa documental e denominado metodologicamente como estudo de caso.

Segundo Ponte (1994), o estudo de caso pode ser definido como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa ou uma instituição, dentre outros, objetivando conhecer em profundidade o “como” e os “porquês”, evidenciando a unidade e a identidade próprias do objeto de análise. É uma investigação de tipo particularista, procurando descobrir o que há no objeto pesquisado de mais característico e essencial. Ainda de acordo com o autor, uma vantagem destacada nos estudos de caso é o fato do pesquisador poder, a qualquer momento da investigação, alterar os métodos de coleta dos dados e assim estruturar novas questões de investigação que possam surgir no trabalho de campo.

O interesse do estudo de caso incide naquilo que ele tem de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. A escolha por este tipo de estudo deve ser realizada quando se quer estudar algo singular, um fenômeno que tenha um valor em si mesmo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Nesse tipo de abordagem, segundo Tesch (1990), a análise de dados se divide em três tipos: a interpretativa, que visa analisar minuciosamente todos os dados recolhidos com a finalidade de organizá-los e classificá-los em categorias que possam explorar e explicar o fenômeno em estudo; a estrutural, que analisa dados buscando padrões que possam explicar a situação em estudo; e a reflexiva, que visa, essencialmente, interpretar ou avaliar o fenômeno a ser estudado, quase sempre por julgamento ou intuição do pesquisador. Em nosso caso, adotamos a análise interpretativa.

Diante desse contexto teórico e objetivando analisar o programa de extensão “Programa Olímpico para o Cariri Paraibano – PROLCARIRI” promovido desde 2012 pelo CDSA/UFCEG em parceria com a Prefeitura Municipal de Sumé - PB, focando em suas ações de esporte e lazer, realizamos pesquisa documental em seus projetos institucionais, relatórios, termos de cooperação, convênios e resultados do desempenho de seus alunos/atletas em diversas competições em nível local, regional e nacional. O período temporal escolhido para análise dos resultados esportivos remete aos anos de 2018 e 2019. Além do estudo documental, realizamos observação não-sistemática (FLICK, 2009) e os preceitos éticos foram seguidos conforme a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016a), específica para estudos nas Áreas Humanas e Sociais.

4 ESTUDO DE CASO: O PROLCARIRI

O programa consiste em ações educacionais e esportivas alicerçadas nos valores do olimpismo, valores estes expressos na Carta Olímpica sob a forma de uma filosofia de vida que exalta e combina de uma maneira equilibrada um conjunto de qualidades do corpo, da vontade e do espírito¹⁸. Aliando o desporto à cultura e à educação, o olimpismo visa criar um estilo de vida fundado na alegria do esforço, no valor educativo do bom exemplo e no respeito pelos princípios éticos e morais universais. Tais valores foram desenvolvidos com a prática esportiva do Judô para alunos do Ensino Fundamental dos anos finais da rede pública do Município de Sumé-PB, cuja prática esportiva se deu em virtude de sua proposta baseada em princípios filosóficos bem definidos, tornando-a um meio eficaz para o aprimoramento do físico, do intelecto e do caráter, num processo de aperfeiçoamento geral do ser humano. Cabe destacar que, em 2013, a UNESCO declarou o Judô como o melhor esporte formativo para crianças e jovens de faixa etária entre 4 e 21 anos, por proporcionar uma “Educação Física integral”, promovendo todas as possibilidades psicomotoras (localização espacial, perspectiva, ambidestria, lateralidade, entre outras) e de socialização, utilizando o jogo e a luta como um integrador dinâmico, introduzindo técnico-táticos de esportes de iniciação de uma forma adaptada. Por sua vez, o Comitê Olímpico Internacional - COI o considerou o esporte mais completo dentre todas as modalidades esportivas olímpicas. (ARAÚJO et al., 2015).

O Prolcariri foi criado em 2011 e nomeado inicialmente como “Projeto Olímpico para o Semiárido Paraibano - 1ª Fase: Formação Integral e Judô - Sumé/PB”, como uma proposta de extensão universitária do CDSA, tendo como fundadores os professores: Bruno Medeiros Roldão de Araújo¹⁹ e Marcus Bessa de Menezes. Entre seus objetivos, o projeto se propôs a formular programas de formação integral dos alunos, com intervenção para a saúde e lazer por meio de esportes que valorizem os preceitos do Olimpismo, levando à discussão sobre educação, corpo e sociedade nos aspectos éticos e estéticos socioculturais contextualizados na realidade do semiárido paraibano.

Com inspiração no Instituto Reação do Rio de Janeiro, fundado pelo judoca Flávio Canto, nosso projeto olímpico nasce projetando a implantação da primeira fase de um programa de inclusão olímpica para o semiárido paraibano, por meio de atividades alicerçadas nos valores do olimpismo e acesso à prática esportiva do Judô, sendo proposto à comunidade do Município de Sumé, sede do CDSA da UFCEG.

O projeto inicia suas atividades em 2012, já intitulado de “Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (Prolcariri)”, na forma de Programa de Extensão contemplado

¹⁸ Contém trechos publicados pelo primeiro autor deste capítulo e outros em Araújo et al. (2015)

¹⁹ Profissional de Educação Física e responsável técnico..

Educação continuada e qualificação profissional, cujos objetivos são: promover aulas de reforço nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa para os alunos da rede pública Estadual e Municipal, levando sempre em conta a esfera sociocultural do semiárido paraibano; propiciar uma maior integração entre os membros da comunidade universitária, a partir de atividades físicas; e promover mudança no estilo de vida, tornando-a mais saudável, inclusive com relação à prevenção de doenças. Nesse sentido, desde 2016 foi percebido pelos coordenadores do Prolcariri que o reforço escolar do projeto teve grande evasão devido à “concorrência saudável” com os projetos *Mais Educação* e PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) no Município de Sumé. Dessa forma, foram concentradas ações de acompanhamentos individuais e mais pontuais.

O projeto utiliza a ideia de Grupos Interativos como forma de organização de aula, caracterizada por agrupamento de todos os alunos de uma classe em subgrupos de quatro ou cinco jovens, da forma mais heterogênea possível no que diz respeito a gênero, idioma, motivações, nível de aprendizagem e origem cultural. No Prolcariri, realizou-se uma adaptação com alunos dos cursos de Licenciatura de Educação do Campo fazendo o papel do tutor, tendo modelos teóricos de Piaget e Vygotsky como pano de fundo (ARAÚJO; MENEZES, 2019).

Em relação às atividades físicas, o Judô e o tênis de mesa são ofertados para toda a comunidade acadêmica do CDSA, seguindo exemplos da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, que implementou, em 2015, um projeto piloto para atender a comunidade comunitária com atividades esportivas, visando a uma maior integração entre esses agentes, além dos benefícios pessoais no trabalho. Por sua vez, a Universidade Federal da Bahia - UFBA criou um grupo de trabalho que tem por finalidade: criar e discutir um plano para política esportiva no âmbito universitário, com a intenção de implementar programas e projetos, tanto esportivos quanto de lazer, para atender à comunidade universitária; e construir coletivamente ações que deem conta das demandas reais e potenciais nas dimensões do Esporte Participação, Educacional e Rendimento, além de possibilitar a sua interface com ações de ensino, pesquisa e extensão nesses campos (ARAÚJO; MENEZES, 2019).

Como o projeto Educação e Universidade Integrada ao Prolcariri é mais voltado ao ensino, não nos detivemos numa análise mais aprofundada de sua documentação, trazendo aqui o relato da parte esportiva e de lazer a que se propõe.

4.3 Projeto “Laboratório de Cultura Corporal, Educação Física e Saúde - LIEFS”

O projeto²⁰ do Laboratório de Cultura Corporal, Educação Física e Saúde²¹ teve

²⁰ Contém trechos de dissertação do primeiro autor deste capítulo, em (ARAÚJO, 2010).

²¹ Teve sua origem em um projeto de extensão de laboratório itinerante em 2011 (ARAÚJO, 2011).

ou promoção do desenvolvimento têm maior chance de êxito. Por ser participativa, a estratégia de gestão compartilhada contribui para o crescimento do capital humano e social, ampliando as possibilidades de a população local sentir-se “dona” de seus direitos e deveres, facilitando a conquista da boa governança. (BRASIL, 2007).

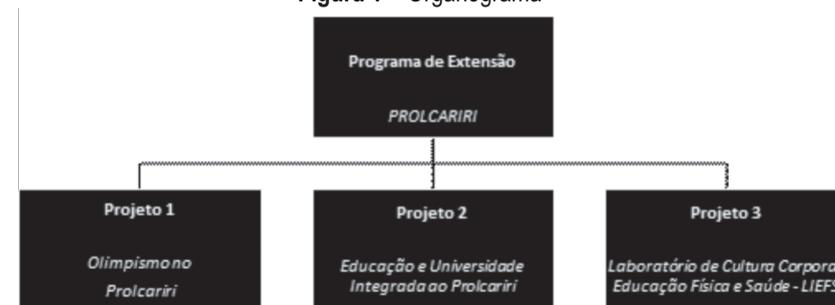
Este modelo de gestão é incentivado pelo Governo Federal em suas políticas públicas de esporte e lazer e tem demonstrado ser uma eficaz ferramenta para o desenvolvimento das atividades do projeto.

O procedimento metodológico de gestão, caracteriza-se pelo trabalho quantitativo de campo e para sua execução foram seguidas as seguintes rotinas:

1) Contato permanente com a Prefeitura Municipal de Educação de Sumé-PB para dinamizar as ações implementadas. Além da manutenção do espaço para o Judô, visando atender com melhor qualidade os alunos envolvidos no Projeto; 2) Busca de patrocinadores externos; 3) Aulas de Judô às segundas (19:30 - 20:30h), quartas (19:30 - 20:30h), sextas (09:00 – 11:00h; 14:00 - 16:00h e 19:00 - 21:00) e sábados (09:00 – 12:00h) para um público que variou de 80 a 120 alunos da rede pública de ensino, divididos em quatro turmas de 30 alunos, realizadas na sede do Núcleo de Didática dos Conteúdos Específicos - NUDCE (em frente ao mercado público da cidade) e na própria escola; 4) Aulas de Judô as terças (18:30 - 20:00h) e quintas (18:30 - 20:00h) para um público que variou de 10 a 20 alunos, realizado no dojô setorial localizado nas dependências do CDSA; 5) Aulas de Tênis de Mesa no Núcleo de Extensão - NEXT/CDSA/UFCG às quartas (19:00h - 22:00) em parceria com a sociedade civil; 6) Reuniões da equipe (professores, voluntários, bolsistas, atletas); e 7) Produção de relatórios de acompanhamento das atividades realizadas.

O Programa de Extensão Prolcariri se divide em três “Sub”- Projetos: 1) Olimpismo no Prolcariri; 2) Educação e Universidade Integrada ao Prolcariri; 3) Laboratório de Cultura Corporal, Educação Física e Saúde - LIEFS.

Figura 1 – Organograma



Fonte: Os autores, com base em Araújo e Menezes (2013).

4.1 Projeto “Olimpismo no Prolcariri”

O Projeto Olimpismo no Prolcariri constituiu práticas educacionais e esportivas fundamentadas nos valores do olimpismo e promoveu gratuitamente aulas de Judô para alunos do Ensino Fundamental dos anos finais da rede pública e, a título de experiência, aos alunos dos Cursos de Graduação do *Campus* de Sumé.

Percebemos que as ações desenvolvidas com os alunos do CDSA foram muito exitosas. Além da prática do Judô, alguns estudantes participaram como monitores voluntários do projeto. Ademais ao quesito da formação acadêmica, os resultados no esporte ultrapassaram o previsto, conseguindo, novamente, classificar atletas para os Jogos Universitários Brasileiros - JUBs.

Com a prática do Judô, pretendemos avaliar se um elemento da Cultura Corporal de Movimento pode proporcionar ao sujeito do processo educativo uma contribuição que exceda uma formação técnica, e se insira pelo fornecimento de saberes que tenham em si engajados valores que venham a embasar uma formação cidadã deste indivíduo. Desta forma, a problemática segue pela indagação acerca de como o Judô pode contribuir na educação formativa dos praticantes, e se justifica na possível aplicabilidade desse esporte como conteúdo recorrente da Educação Física escolar, considerando o seu aspecto socioeducativo e formativo, já que é nossa proposta em âmbito escolar contribuir com a formação cidadã dos alunos. O estudo, assim, pôde servir de base para algumas considerações que sinalizam uma favorável relação à contribuição formativa e socioeducativa dos alunos praticantes da modalidade Judô.

As aulas são nas sextas-feiras e sábados durante todo o ano (inclusive nas férias), levando em conta as outras práticas do projeto. O professor é membro da Federação Paraibana de Judô (FEPAJU) e Arbitro da mesma, faixa preta, 5º DAN. As aulas são divididas em quatro horários nas segundas e quartas-feiras, das 19:30 às 20:30, ministradas pelos extensionistas (Thainar da Costa - Faixa Marrom, Amannda Souza - faixa verde e Caroline Freitas - Faixa Roxa); e nas sextas-feiras, das 19:00 às 21:00 mais os sábados, entre 09:00 e 12:00 (ministrada pelo o Sensei Luciano Correia). As aulas são dinâmicas, unindo conhecimento teórico e a prática posteriormente. Em todos os momentos os princípios do Judô são colocados.

Diante da demanda do *Campus*, também foram ministradas aulas para a comunidade acadêmica. Elas foram divididas em dois horários, terças e quintas, das 18:30 às 20:00, ministradas pelas extensionistas Caroline Freitas e Thainar da Costa. As aulas são dinâmicas, unindo conhecimento teórico e a prática. Novamente, em todos os momentos os princípios do Judô são colocados. Diante da adesão de novos alunos, realizou-se também uma competição interna na escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz, na qual aproximadamente 20 alunos participaram.

Interessante resgatar relatos dos coordenadores do projeto, que recordam uma estranheza inicial da comunidade quando propuseram a prática esportiva do Judô, tendo em vista que as lutas, de modo geral, têm maior resistência para sua inserção nos planejamentos de aulas, por exemplo. Talvez pela precipitada associação das lutas com atos de violência, provenientes de um pensamento oriundo do senso comum, ao esquecer-se de que qualquer atividade, quando revestida de uma ação pedagógica consistente, passa a ter um relevante conteúdo, principalmente quando tem sua finalidade e seus objetivos voltados para o processo formativo (FEITOSA et al., 2011). Com o fim do primeiro ano do projeto, os alunos/atletas atendidos pelo Prolcariri desenvolveram um melhor comportamento social na escola e na família, melhoraram suas notas e se tornaram mais pacientes e respeitosos com os demais.

O esporte vem trazendo muitos benefícios aos jovens participantes, sobretudo aos menos favorecidos socialmente, que tem menos acesso a atividades físicas, esportivas e de lazer. A oportunidade da prática esportiva promove um crescimento expressivo no desenvolvimento físico e cognitivo de seus praticantes, e foi por esse motivo que o Prolcariri objetivou e conseguiu implantar o Tênis de Mesa dentro de suas ações a partir do ano de 2018.

Primeiramente, os extensionistas participantes passam por uma capacitação com um ex-atleta de rendimento e entusiasta do esporte, sendo um deles o Adjaelson Freitas, que desenvolve projeto voluntário para crianças, jovens e adultos, estando integrado ao programa olímpico Prolcariri. Foi exatamente por conta dessa parceria que os alunos do programa tiveram uma ótima qualificação e conseguiram organizar a primeira copa Prolcariri de tênis de mesa, resgatando a vocação tenística de mesa do Município de Sumé-PB.

Consideramos que o objetivo do projeto foi alcançado com êxito, beneficiando, assim, os estudantes das escolas municipais de Sumé e suas famílias, neste programa que proporciona autonomia, união, socialização e integração dos alunos. No decorrer desses oito anos de trabalho na região, o Judô fez mudar alguns aspectos sócio educacionais dos participantes ingressados, contribuindo para uma maior formação humana destes acerca da metodologia utilizada nas aulas. Foi notória a evolução dos alunos no decorrer do programa, tendo muitos com evolução das faixas graduadas e participando de campeonatos por toda região, conseguindo expressivas vitórias. Os alunos assimilaram bem melhor os aspectos táticos do Judô e o uso da força do oponente contra ele mesmo, como também obtiveram crescimento no ato de “pensar o movimento” antes de executá-lo (ARAÚJO, 2019).

4.2 Projeto “Educação e Universidade Integrada ao Prolcariri”

Iniciaremos este tópico informando que aqui trataremos de um projeto de

4.5 Avaliação Geral do Programa

Os bolsistas e voluntários que participaram das duas últimas reuniões de avaliação anual do projeto, realizadas em dezembro de 2018 e 2019, expuseram que o trabalho realizado foi importante tanto para formação acadêmica quanto a pessoal. Esse sentimento se revela nas ações que foram desempenhadas em cada um dos projetos que compõe o Prolcariri, principalmente devido ao seu apelo social para os jovens da região.

Os professores, diretores de escola, alunos e sociedade civil de Sumé que foram atendidos pelo Prolcariri manifestam satisfação pela continuidade do projeto na cidade, sobretudo pelo sentimento despertado nas crianças que fazem parte desse movimento que está presente no Município desde 2012. A prefeitura municipal coloca o projeto como uma das grandes ações desempenhadas pelo Município nos últimos anos, destacando a importância na continuidade do projeto na formação de cidadãos com relação à promoção do esporte e lazer municipal.

Na pesquisa realizada em 2019 com os usuários, alunos/atletas, via *Escala Likert*, 92% afirmaram que o projeto Prolcariri foi excelente ou bom (ARAÚJO, 2019). Para os coordenadores dos projetos que compõem o Prolcariri, o programa avançou e vem tomando vida própria, mas ainda há muito que precisa ser trabalhado e construído nos anos seguintes (reafirmando a proposta do Prolcariri se tornar uma ação de extensão e uma política pública perene).

O projeto de Judô possui sede física com área de lutas equipada com tatames, banheiros, quimonos, balança, armários e demais equipamentos de treinamento, sendo acompanhado por um laboratório que realiza avaliação antropométrica e de saúde dos atletas (Laboratório de Cultura Corporal, Educação Física e Saúde – LIEFS²²), e também tem uma central de lutas auxiliar com tatames no *Campus* do CDSA/UFCG. Contudo, o projeto ainda não firmou parcerias que possam custear completamente as necessidades de transporte para competições ou verba para aquisição de materiais de consumo e custeio. Essa posição de avaliação é acompanhada pelos orientadores e demais colaboradores do Prolcariri.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI) tem um público prioritário que engloba estudantes de Ensino Fundamental II da rede pública municipal de ensino, estudantes do Ensino Médio público e universitários do sistema públicos

como objetivos: promover ações de avaliação cineantropométrica, funcional, dermatoglífica e de saúde para acompanhamento do desenvolvimento dos alunos atletas, participantes das práticas esportivas no Programa de Extensão Prolcariri; realizar palestras/oficinas sobre Educação Física, Educação para a Saúde e Políticas Públicas de Esporte e Lazer, promovendo para professores e alunos uma conscientização crítica em relação ao modelo de corpo e cultura de movimento propagada pela mídia e pelo senso-comum, levando sempre em conta a esfera sociocultural do semiárido paraibano; e contribuir no planejamento e formação continuada dos professores e gestores da área de esporte e lazer na rede pública de ensino em Sumé-PB.

No procedimento metodológico para a execução do projeto, foram seguidas as seguintes diretrizes: 1) Contato com a Secretaria Municipal de Educação de Sumé-PB para apresentação da proposta, busca de informações acerca das escolas existentes no Município e demais demandas; 2) Realização de palestras, com duração média de uma hora e trinta minutos, sendo realizada por docentes da UFCG, extensionistas (bolsista e/ou voluntário) e representantes das secretarias municipais envolvidas, podendo ser dirigidas por um só facilitador ou formação de mesa redonda; 3) Realização de oficinas, com duração de 4 horas, sendo realizada por docentes da UFCG, extensionistas (bolsista e/ou voluntário) ou oficinheiro externo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Sumé-PB; 4) Avaliação cineantropométrica e dermatoglífica realizada com os atletas e capacitação para os extensionistas do projeto, visando a formação de uma equipe de avaliadores e formadores. Sobre isso, cada equipamento utilizado seguiu protocolos específicos, buscando sempre o padrão ouro de execução; 5) Desenvolvimento de estudos e discussões acerca das concepções didático-pedagógicas em Educação Física escolar; e 6) Produção de relatório final das atividades realizadas.

A discussão teórica no âmbito do laboratório enquanto grupo de pesquisa foca nas diferentes abordagens pedagógicas da Educação Física escolar. Os conteúdos tradicionais (jogos, esportes, ginásticas, lutas, capoeira e danças) ainda passam por julgamentos do senso comum na constituição sociocultural brasileira, o que leva a interpretações errôneas e visões estereotipadas da Educação Física, tornando-se necessário um direcionamento pedagógico correlacionado à cultura local, no caso desta proposta de intervenção extensionista do semiárido do cariri paraibano.

Na proposta do projeto de extensão Prolcariri, são levadas em consideração duas perspectivas: a primeira da avaliação cineantropométrica e a discussão crítica de seus resultados, e a segunda com a questão das abordagens didático-pedagógicas adotadas pelos professores de Educação Física Escolar.

A Educação Física, geralmente, tem sido marcada pela prática de exercícios físicos e esportivos carentes de um planejamento educacional com objetivos claros, uma metodologia firme e uma criteriosa avaliação, o que contribui para construção de

²²Coordenado no CDSA/UFCG pelo professor Dr. Bruno Medeiros Roldão de Araújo.

“uma concepção técnico-esportiva que permanece hegemônica, reproduzindo e reforçando um modelo de homem e sociedade excludente alienante e pouco significativo em termos de valores para a qualidade de vida” (BRANDÃO, 2005, p. 2). Por este motivo:

[...] urge uma mudança de mentalidade e de práxis educativa, a partir de uma conscientização corporal, e, nesta mudança, é preciso que haja um pensamento [...] em torno de um objeto: o homem. Mas é preciso vê-lo não dissecado [...], mas vê-lo na sua totalidade, na sua corporeidade. (DANTAS, 2005, p. 89).

Nessa perspectiva, adotamos o entendimento de que o corpo surge como tema que deve ser tratado historicamente. Na ótica de Le Breton (2003), o corpo não existe em estado natural, ele é um complexo de sentidos, emoções e significados, que afloram de acordo com sua comunicação com o meio que o cerca. Para cada atuação ou para cada sociedade o corpo demonstra uma forma, uma visibilidade e conceituação única, portanto, o corpo é uma representação oriunda de sua interlocução com a sociedade, uma relação entre o sujeito e o mundo, ou seja, o “corpo rascunho”, que toma a escrita permitida em sua interação, sendo construído socioculturalmente.

Essa primeira perspectiva adentra no universo da segunda, na medida em que o corpo aparece como um dos três principais blocos de conteúdos propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, (PCNs) da Educação Física. Essa visão é preconizada em parte nos PCNs (BRASIL, 1998), ao trazer como um dos objetivos da Educação Física no Ensino Fundamental:

[...] fazer com que os alunos sejam capazes de conhecer o próprio corpo e de cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva. (BRASIL, 1998, p. 7).

Todavia, o problema começa quando os professores de Educação Física seguem concepções pedagógicas distintas e às vezes desconexas, tornando um mesmo conteúdo e/ou objeto de estudo coisas completamente distintas, enquanto deveriam ser unificas.

Diante de tantas abordagens, parece urgir uma reformulação nas bases didático-pedagógicas em Educação Física, através da conscientização de uma prática não tecnicista ou reprodutivista (concepção baseada no pragmatismo norte-americano e na cultura higienista e eugenista, remanescente do período de regime ditatorial militar brasileiro, que, na década de 1970, trouxe uma visão de Educação Física meramente

esportivista e tecnicista, algo que permeia até hoje as aulas no âmbito escolar), devemos reprimir o "esporte na escola" e favorecer o "esporte próprio da escola" como preconiza Bracht (1992) e Vago (1996). Pois só assim a antiga concepção de uma Educação Física escolar marcada notadamente pela atividade física e esportiva, sem metodologia e avaliação bem definida, será desarraigada de vez da realidade educacional brasileira, reprimindo, assim, valores estereotipados que a Educação Física e o trato com o esporte e o lazer portam historicamente.

4.4 Resultados das competições esportiva de Judô

Apesar de pouco tempo, o Prolcariri apresenta o maior número de atletas classificados para as finais dos Jogos Escolares Paraibano, bem como nas competições promovidas de Federação Paraibana de Judô (FEPAJU) e pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ) na Paraíba atualmente. Dentre aqueles que participam do projeto, os que obtêm índice participam dos torneios formando a equipe de competição do “Prolcariri Dojô Luciano Correia” (mesmo que tenham concluído o Ensino Fundamental II, essa condição é somente para disciplinar a entrada no projeto).

No computo geral os atletas do Prolcariri, eles medalharam (1^{os}, 2^{os} e 3^{os} lugares) em 72,14% das oportunidades e obtiveram 42,85% de primeiros lugares (medalhas de ouro). Quando analisamos apenas os torneios e seletivas estaduais, o percentual dos que medalharam sobe para 84,82%, e 51,79% de todos os participantes obtiveram o primeiro lugar. São números expressivos, principalmente devido a quantidade de dojôs espalhados na Paraíba, notadamente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, com décadas de tradição e grande número de praticantes. Em competições regionais (Nordeste) o percentual dos que medalharam foi de 46,15%. Diante de tais resultados, o Prolcariri se consolidou em 2018, apenas seis anos após sua criação, como a segunda força do Judô paraibano, obtendo, pelo segundo ano consecutivo, o vice-campeonato estadual geral (soma das três etapas do Campeonato Paraibano de Judô).

Outro fato relevante foi a convocatória, em dezembro de 2018, do atleta Ewerton Ferreira Evangelista do Prolcariri para treinamento com a seleção de base do Japão, realizado no centro de excelência de Judô em Lauro de Freitas, na Bahia.

Em 2019, novamente o Prolcariri obteve o vice-campeonato paraibano de Judô pelo terceiro ano consecutivo. Cabe destacar também a participação nos Jogos Universitários, etapa estadual, com quatro participações e quatro medalhas de ouro! Ou seja, 100% de aproveitamento máximo. Ressaltamos ainda que estes atletas começaram crianças no Prolcariri, em meados de 2012, e atualmente são estudantes universitários do CDSA/UFCG em Sumé-PB, alguns dos quais atuando como monitores do programa. Sobre 2019, em números gerais, 72,72% dos atletas medalharam nas competições e 31,06% obtiveram o primeiro lugar.

TESCH, R. **Qualitative Research**: analysis types and software tools. Falmer: New York, 1990.
THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular e tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
VAGO, T. M. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 04-17, 1996.

federal que iniciaram no programa via rede municipal anteriormente, no tempo livre, seja ele de contraturno escolar e/ou noturno. O projeto surge de uma parceria municipal e federal em modalidade de extensão, oficializado por termo de convênio e termos de cooperação, configurando-se numa peculiar política pública de esporte e lazer no Cariri paraibano. A proposta conta com apoio da sociedade civil, organizada ou não, seja por projetos sociais ou patrocínio de parte dos custos de viagens dos atletas as competições fora do Município, dentre outras ações.

É relevante dizer que antes do Prolcariri, não havia prática de Judô no Município de Sumé-PB, e mesmo nas cidades circunvizinhas essa prática era muito restrita, não havendo, portanto, uma tradição judoca na mesorregião da Borborema, microrregião do Cariri Ocidental paraibano. A partir desta política, a região desenvolveu o gosto pela prática do Judô e demais esportes de forma acentuada, o que pode ser constatado na formação de atletas, transformando a região em um verdadeiro celeiro de talentos do Estado da Paraíba.

Os jovens atendidos são, muitas vezes, oriundos das camadas menos privilegiadas socialmente. E, a partir da vivência esportiva eles absorvem os bons valores do olimpismo, aprendem a se alimentar melhor, a cuidar mais do corpo, respeitar os mestres e colegas, disciplinar sua rotina e vida. Eles também se capacitam e até mesmo aprendem uma nova profissão, visto que alguns já se tornaram senseis de Judô, atuando, inclusive, no próprio Prolcariri e em outros projetos esportivos e educacionais Municipais e Estaduais da região, sem falar nos tantos outros que incorporaram o Judô e sua filosofia como prática de lazer em seu cotidiano.

O Prolcariri caminhou e fez brotar uma semente planejada e muito sonhada. As aulas de Judô principalmente, pois se consolidaram na cultura sumeense e continuam marcando historicamente a cidade de Sumé e microrregião pela inclusão pioneira, tornando-se tradição com a execução de competições da agenda da Federação Paraibana de Judô - FEPAJU.

Nesse sentido, apesar das dificuldades encontradas, observamos que grande parte do dever foi cumprido, “os muros” do CDSA/UFCG parecem menores perante a comunidade sumeense. O Judô é um sonho realizado, os projetos executivos de um parque Olímpico estão em mãos (cedidos pela UFJF), bem como o projeto para o ginásio poliesportivo do CDSA/UFCG. Além disso, novas parcerias deverão ser firmadas, ampliando ainda mais o campo de atuação do programa.

Portanto, apesar de ser uma contribuição pioneira e recente, o projeto já vem modificando a vida de muitas crianças e jovens que sentem a transformação que o esporte e o lazer podem trazer para suas vidas, proporcionado, além de um estilo de vida saudável, uma cultura esportiva e de lazer para toda a população do Cariri paraibano.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, B. M. R. **As Políticas Públicas em Esporte e Lazer no Brasil**: formulação e interferência no bem-estar da sociedade. 2006. 63f. Monografia (Licenciatura Plena em Educação Física), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.
- ARAÚJO, B. M. R. **A Virtualização Esportiva nos Jogos Eletrônicos e os Novos Paradigmas para o Movimento Humano**. Recife. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física - Cultura, Educação e Movimento Humano) – Programa Associado de Pós-graduação em Educação Física, UPE/UFPB, Universidade de Pernambuco, Recife, 2010.
- ARAÚJO, B. M. R. **Laboratório Itinerante de Educação Física e da Saúde - LIEFS**. Projeto aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX/UFPG. Campina Grande, 2011.
- ARAÚJO, B. M. R. **Relatório do Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI)**. Programa aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX/UFPG. Campina Grande, 2019.
- ARAÚJO, B. M. R.; CHAO, C. H. N. O Surgimento do Tempo Livre e as ações do Estado na Forma de Políticas em Esporte e Lazer. In: XVIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer - ENAREL, 2006, Curitiba. **Anais**[...]. Curitiba, 2006.
- ARAÚJO, B. M. R.; MENEZES, M. B. **Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI)**. Programa aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX/UFPG. Campina Grande, 2012.
- ARAÚJO, B. M. R.; MENEZES, M. B. **Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI)**. Programa aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX/UFPG. Campina Grande, 2013.
- ARAÚJO, B. M. R.; MENEZES, M. B. **Programa Olímpico para o Cariri Paraibano (PROLCARIRI)**. Programa aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão - PROBEX/UFPG. Campina Grande, 2019.
- ARAÚJO, B. M. R. *et al.* A Experiência do Programa Olímpico para o Cariri Paraibano - PROLCARIRI. In: SILVA, J. I. A. O. (org.). **Metodologias e Práticas**: experiências do Semiárido Brasileiro. Cachoeirinha: Everprint, 2015. p. 75-96.
- BINSWAHGER, H. C. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, C. **Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- BRACHT, V. **Aprendizagem Social e Educação Física**. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRAMANTE, A. C. Política de lazer. In: GOMES, Christianne Luce. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 181-185.
- BRANDÃO, V. M. A Avaliação Antropométrica na Escola: mais que uma abordagem anátomo-fisiológica. In: IX ENFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2005, Niterói. **Anais**[...]. Niterói, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental (3º e 4º Ciclos), Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Projeto Praça da Juventude**. Brasília: ME, 2007.
- Brasil. Ministério do esporte. **A Rede CEDES** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. 2015. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes/apresentacao>>. Acesso em: 22 mai. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde de 07 de abr. 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 98, seção 1, p.44-46, 24 mai. 2016a. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualiza até a Emenda Constitucional nº 92 de 12 de julho de 2016. Org. Robson Diego Welter Fritzen. 16. ed. São Paulo: Publique-se!, 2016b.
- BRASIL. Ministério da cidadania. **Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania**. 2019. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- CAMARGO, L. O. Política de Lazer. **Estudos de Lazer**, n. 1, São Paulo: SESC, 1985.
- CARVALHO, A. (org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CHAO, C. H. N. Relação Homem/Natureza e o lazer como uma possibilidade de sensibilização da questão ambiental. **Motriviência**, Florianópolis, a. XVI, n. 22, p. 207-220, jun. 2004.
- COSTA, R. G. **Políticas públicas de lazer na cidade de Catalão (GO)**: a configuração do espaço. UFG: Departamento de Educação Física, 2003.
- DANTAS, E. H. M. **Pensando o corpo e o movimento**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- DECCA, E. S. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Lazer e Ciências Sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002. p. 57-73.
- DE GRAZIA, S. **Tiempo, Trabajo y Ócio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FEITOSA, C. A.; NAKASSU, H.; FLAMINO, A.; ARRUDA, E. O. O judô escolar enquanto prática formativa. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, a. 15, n. 153, fev. 2011. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd153/o-judo-escolar-enquanto-pratica-formativa.htm>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- GEBARA, A. Considerações Para Uma História do Lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Introdução aos Estudos do Lazer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-81.
- GNECCO, J. R. Política Nacional de Esporte. In: **Anais do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**. Recife, 2005. CD-ROM.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. São Paulo: Papius, 2003.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la Vie Cotidienne**. Paris: L'arche éditeur, 1961.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MANFREDI, S. M. Trabalho, Profissão e Escolarização: Revisando Conceitos In: MANFREDI, S. M. **A Educação Profissional Ontem e Hoje**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-34.
- MARQUES, A. I. **A educação e o lazer**. 1998. Disponível em: <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/785/1/A%20educa%C3%A7%C3%A7%C3%A3%20e%20o%20lazer.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.
- MARX, K. **O Capital**. v. 3/6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PONTE, J. P. O estudo de caso na investigação em educação matemática. **Quadrante**, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 3-18, 1994.
- RECHIA, S. *et al.* Lugar do Lazer nas Políticas Públicas: um olhar sobre alguns cenários. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1. mar. 2015.
- SILVA, E. A. P. C; *et al.* Emoções e Sentimentos nos Espaços de Lazer da Cidade. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 85 - 100, jan./mar. 2013.
- SILVA, E. A. P. C. *et al.* Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, v. 38, n. 3, p. 251 - 258, jul./set. 2016.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.